**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de MG  

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2013**  
Processo Administrativo nº 23223.000717/2013-65  

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 105/2013**

Vigência da ata 24/10/2013 às 23/10/2014 (12 meses)

Aos 18 de outubro de 2013, a União, por intermédio da reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), com sede na cidade de Juiz de Fora/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 10.723.648/0001-40, neste ato representado por Nélio Germano de Paula, Diretor de Administração, nomeado pela Portaria nº 510, publicada no DOU em 21/05/2013, e em conformidade com as atribuições que foram delegadas pela Portaria nº 718/2012, de 13/08/2012; nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 7.592/2013; do Decreto nº 3.555/2000; do Decreto nº 5.450/2005; do Decreto nº 3.722/2001; aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/1993, e as demais normas legais correlatas; considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para registro de preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS para a eventual contratação dos itens a seguir elencados, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa MR DE OLIVEIRA CHAVES – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.027.340/0001-95, neste ato representada por MOACIR RUBENS DE OLIVEIRA CHAVES, inscrito no CPF sob o nº 548.727.821-00, de acordo com a classificação alcançada pela empresa e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no edital, na legislação, e em conformidade com as disposições a seguir:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual aquisição de Material de Limpeza, Produtos de Higienização, Copa e Cozinha, visando atender às necessidades do IF SUDESTE MG, conforme especificações do Termo de Referência que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição e quantidades estabelecidas abaixo:

<table>
<thead>
<tr>
<th>Item</th>
<th>Descrição</th>
<th>Unidade</th>
<th>Valor Unitário (R$)</th>
<th>Valor Total (R$)</th>
<th>Marca</th>
<th>Quantidades</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>40</td>
<td>Colher para arroz, em aço inox, forjada, monobloco em uma única peça, sem ementas, cabo forjado, com alça, comprimento 33cm, espessura 1,00mm (mínimo). Referência: Brinox Arienzon, ou similar com as mesmas características técnicas ou superiores.</td>
<td>Unidade</td>
<td>11,89</td>
<td>237,80</td>
<td>Ocril</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>Item</td>
<td>Descrição</td>
<td>Unidade</td>
<td>Valor Unitário (R$)</td>
<td>Valor Total (R$)</td>
<td>Marca</td>
<td>Quantidades</td>
</tr>
<tr>
<td>------</td>
<td>-----------</td>
<td>---------</td>
<td>-------------------</td>
<td>----------------</td>
<td>-------</td>
<td>-------------</td>
</tr>
<tr>
<td>44</td>
<td>Cuba GN 1/1, com alça, em aço inox, comprimento 530mm, largura 325mm, profundidade 100mm, espessura 0,7mm, capacidade 14 litros, medidas internas 505x300mm, medida das alças 110x13mm. Referência: Tramontina, ou similar com as mesmas características técnicas ou superiores.</td>
<td>Unidade</td>
<td>167,30</td>
<td>2.509,50</td>
<td>Lume Inox</td>
<td>15</td>
</tr>
<tr>
<td>45</td>
<td>Cuba GN 1/1, sem alça, totalmente em aço inox, comprimento 530mm, largura 325mm, profundidade 65mm, espessura 0,6mm, capacidade 9 litros, medidas internas 605x300mm. Referência: Tramontina, ou similar com as mesmas características técnicas ou superiores.</td>
<td>Unidade</td>
<td>159,75</td>
<td>3.195,00</td>
<td>Lume Inox</td>
<td>20</td>
</tr>
<tr>
<td>133</td>
<td>Pregador universal, tipo pinça, em aço inox, forjado, monobloco em uma única peça, sem esmendas, cabo forjado, comprimento 28cm, espessura 1,00mm. Referência: Brinox Arêno, ou similar com as mesmas características técnicas ou superiores.</td>
<td>Unidade</td>
<td>13,59</td>
<td>271,80</td>
<td>Di Solte</td>
<td>20</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Valor total da ata: R$ 6.214,10

*Valor total da ata: R$ 6.214,10 (seis mil, duzentos e quatorze reais e dez centavos).

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR será a Reitoria (UASG 158123) do IF Sudeste MG, com suas unidades:

2.1.1. **Reitoria (Reit):** Fone (32) 3257-4100
Av. Francisco Bernardino, 165 - Sala 406, Centro
CEP 36.013-100 - Juiz de Fora-MG

2.1.2. **Unidade de Extensão Bom Sucesso (BS):** Fone (32) 8419-4791
Praça São José, 249, Bairro São José
CEP: 37.220-000 - Bom Sucesso-MG

2.1.3. **Câmpus Avançado Santos Dumont (SD):** Fone (32) 8469-7150
Rua Técnico Panará, 45 – Bairro 4ª Depósito
CEP 36.240-000 - Santos Dumont-MG

2.1.4. **Câmpus Avançado São João Del-Rei (SJR):** Fone (32) 3372-5367
Rua Américo Davim Filho, S/N, Vila São Paulo
CEP: 36.301-358 - São João Del-Rei -MG

2.2. São PARTICIPANTES os seguintes órgãos:

2.2.1. **Câmpus Rio Pomba (RP) UASG:** Fone (32) 3571-5700
Rua Dr. José Sebastião da Paixão, S/N – Bairro Lindo Vale
CEP 36.180-000 - Rio Pomba-MG

2.2.2. **Câmpus Barbacena** (Barb) UASG 158413: Fone (32) 3693-8600
Rua Monsenhor José Augusto, 204 – Bairro São José
CEP 36.205-018 - Barbacena-MG

2.2.3. **Câmpus Juiz de Fora (JF) UASG:** Fone (32) 4009-3002
Rua Bernardo Mascarenhas, 1.283 – Bairro Fábrica
CEP 36.080-001 - Juiz de Fora-MG

Ata de Registro de Preços nº 105/2013
2.2.4. Câmpus Muriáé (Mur) UASG 158415; Fone (32) 3696-2850
Av. Monteiro de Castro, S/N – Bairro Barra
CEP 36.880-000 - Muriáé-MG

2.3. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/2013, e na Lei nº 8.666/1993.

2.3.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

2.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

2.3.5. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de 24/10/2013, não podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA QUARTA - DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

4.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;

4.3.2. Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

4.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de classificação original do certame.

4.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.4.1. Convocar o fornecedor visando à negociação de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, quando cabível, para rever o preço registrado em razão da superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando ânua econômica extraordinária e extracontratual;
4.4.2. Caso inviável ou frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.4.3. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, quando cabível.

4.5. A cada pedido de revisão de preço deverá o fornecedor comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada anteriormente, demonstrando analiticamente a variação dos componentes dos custos devidamente justificada.

4.6. Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, a Administração adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanham o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade, devendo a deliberação, o deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias. Todos os documentos utilizados para a análise do pedido de revisão de preços serão devidamente autuados, rubricados e numerados, sendo parte integrante dos autos processuais.

4.7. É vedado à Contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita as sanções previstas no Termo de Referência, salvo a hipótese de liberação do fornecedor prevista nesta Ata.


4.9. É proibido o pedido de revisão com efeito retroativo.


4.11. Havendo qualquer alteração, o órgão gerenciador encaminhará cópia atualizada da Ata de Registro de Preços aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA QUINTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo específico, quando:

5.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.3. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

5.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.2.1. Por razões de interesse público;

5.2.2. A pedido do fornecedor.

5.3. Em qualquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. Os métodos e estratégias de suprimento, recebimento e critérios de aceitação do objeto, obrigações da Contratada e da Contratante, medidas acauteladoras, controle da execução, infrações e sanções administrativas durante a vigência de cada contratação são as especificadas no Termo de Referência e seus anexos.

6.1.1. As demais condições estão definidas no Edital.

6.2. Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, seus anexos e a proposta da empresa.


6.4. O foro para dirimir questões relativas a presente Ata será o de Juiz de Fora-MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Juiz de Fora, 18 de outubro de 2013.

__________________________
NÉLIO GERMANO DE PAULA
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO
IF Sudeste de Minas Gerais

__________________________
MOACIR RUBENS DE OLIVEIRA CHAVES
CPF: 548.727.821-00
MR DE OLIVEIRA CHAVES – ME

Testemunhas:

__________________________
TIAGO VIDAL DE CAMPOS
CPF: 055.795.016-33

__________________________
JHENYFI JHENY DE ALMEIDA
CPF: 103.545.956-60